



Programa de Governo

A MATINHOS QUE MERECEMOS

Everson Luiz Rodrigues – Prefeito
Gabriel Ruth – Vice-Prefeito

Matinhos, 2024

A MATINHOS QUE MERECEMOS

1. Saúde.....	3
2. Educação.....	5
3. Esporte e Lazer.....	7
4. Segurança.....	9
5. Cultura.....	10
6. Turismo.....	12
7. Meio Ambiente.....	13
8. Assistência Social	16
8.1. Mulheres.....	18
8.2. Afrodescendentes.....	20
8.3. LGBTQIA+.....	22
9. Transporte, Mobilidade e Direito à Cidade.....	25
10. Gestão Participativa.....	27
11. Trabalho e Renda.....	29
12. Política sobre Uso de Drogas.....	31
13. Acessibilidade.....	32

1. SAÚDE

O SUS - Sistema Único de Saúde é uma das maiores conquistas do povo brasileiro. Construído a partir do movimento da reforma sanitária brasileira, composto por trabalhadores, médicos residentes e figuras proeminentes no cenário acadêmico do país, a saúde pública tornou-se um direito de toda a população brasileira a partir da Constituição de 1988. Com seus princípios norteadores - acesso universal, equitativo e integral -, o SUS visa o atendimento de toda a população, sem distinção de raça, gênero, idade, classe socioeconômica e orientação sexual, garantindo o acesso da população por meio do incentivo à participação popular, através dos Conselhos de Saúde.

Apesar da sua fundamental importância para o povo brasileiro, o SUS vem sofrendo cortes e precarizações sistemáticas. A falta de investimento e de controle público sobre a gestão das políticas de saúde tem gerado um caos no atendimento da população, especialmente no que se refere à enorme carência de profissionais de saúde e insumos básicos.

Tal como ocorre no restante do país, a resposta do sistema de saúde pública não está sendo nem efetiva e nem eficaz em Matinhos. As gestões anteriores, a serviço dos grandes empresários, colocaram a cidade como refém dos interesses de poucos, deixando a saúde da população num ofuscado e distante segundo plano.

Além da lentidão e ineficiência, os baixos investimentos na área da saúde pública de Matinhos ficaram escancarados nos últimos anos. O número de profissionais de saúde para o atendimento da população matinhense sempre foi insuficiente para o atendimento adequado da população.

Propostas:

- Fortalecimento da atenção primária em saúde, com maior investimento nas Unidades Básicas de Saúde;
- Contratação imediata, por concurso público, de Profissionais do Núcleo de Atenção à Saúde da Família;
- Melhorias e reorganização de Atenção Psicossocial nas modalidades de Transtornos Mentais e uso de Substâncias Psicoativas;
- Diminuição na fila de espera da atenção primária em saúde para consultas em especialidades;
- Ampliação dos investimentos na Saúde do Município;

- Fortalecimento e divulgação dos espaços dos conselhos locais de saúde, assim como das conferências;
- Criação de programa de assistência domiciliar e acompanhamento aos idosos carentes;
- Ênfase para os programas permanentes de saúde preventiva (alcoolismo, drogas, D.S.T., gravidez na adolescência, saúde bucal, diabetes, hipertensão, oftalmologia, etc.);
- Melhoria dos equipamentos do atendimento dos postos de saúde e da maternidade do município, incluindo o desenvolvimento nas áreas específicas: oftalmologia, dermatologia, odontologia, etc. e ampliando o quadro médico com qualidade;
- Implantação do programa de educação alimentar com a criação de hortas escolares, residenciais e comunitárias;
- Realização de censo populacional abrangendo o município, inclusive das pessoas cadastradas de outros municípios, para adequação das cotas orçamentárias do SUS;
- Educação e ações na área da saúde ambiental como estratégia de melhoria da qualidade de vida (separação/reciclagem do lixo, saneamento básico);
- Fortalecimento do conselho municipal de saúde com a participação da sociedade civil e prestação de contas à comunidade;
- Otimização do programa de planejamento familiar;
- Hortos municipais de plantas medicinais: Os hortos de plantas medicinais são importantes fontes de matéria-prima para processamento e prescrição/dispensação nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), para uso dos profissionais de saúde e da população. Servem, ainda, como fonte de mudas para plantio nos jardins/quintais da comunidade. O horto é também local de ações de educação popular e educação permanente para profissionais de saúde e para a população, onde podem ocorrer oficinas com orientações sobre uso racional de plantas medicinais, aulas práticas para escolas primárias e outras ações de promoção da saúde.

2. EDUCAÇÃO

A rede municipal de ensino cumpre o importante papel de acolher, cuidar e educar os filhos da classe trabalhadora de Matinhos e é operada por profissionais (professoras/es, educadoras/es, inspetoras/es, funcionárias/es administrativos, dentre outros) que possuem grande qualificação e competência. Mas a educação em Matinhos não vai bem. A começar pela remuneração e carreira dos (as) profissionais.

Outro grave problema que atinge a rede municipal de educação é a falta de vagas na educação infantil, em especial nas creches. O que coloca em difícil situação milhares de mães que precisam trabalhar, mas não encontram amparo do poder público no cuidado com seus filhos, aprofundando a situação de pobreza das famílias, em especial na periferia.

Esta situação precisa mudar. O PSOL propõe, em primeiro lugar, uma gestão da educação que valorize seus profissionais, que amplie o número de vagas para atender a demanda existente, que invista mais dinheiro na educação. No governo do PSOL a democracia será a marca da gestão, desde às escolas até a SME. Teremos uma educação libertadora, que combata os preconceitos, que seja inclusiva e preze pela qualidade.

Propostas:

- Plano de Carreira dos Profissionais da Educação;
- Garantia de data-base e reposição, ao menos da inflação, a cada ano e estabelecimento de uma política de reajuste que valorize os profissionais da educação com ganhos acima da inflação;
- Facilitação das licenças para estudo. O profissional mais qualificado é essencial para a qualidade de ensino, portanto todo profissional da educação que ingressar em uma pós-graduação stricto sensu terá licença para concluir seu curso, sem seleção ou restrição de qualquer ordem;
- A educação pública deve ser feita por profissionais concursados e bem remunerados. Por isso realizaremos concursos públicos para suprir a falta de profissionais;
- Apresentaremos um plano para zerar o déficit de vagas na educação infantil, garantindo a todas as crianças o acesso à educação pública e de qualidade;
- Uma escola que acolha, respeite e valorize a diversidade, promovendo a capacitação de professores e educadores na aplicação dos conteúdos de educação étnico-racial, no combate ao machismo, a homofobia, com suporte de materiais pedagógicos específicos;
- Aumentar o investimento em educação, possibilitando a ampliação de vagas, construção de novas unidades e recuperação da estrutura física das unidades que já estão em funcionamento;

- Contra turno escolar fomentando o esporte e a cultura, ampliando e estruturando o projeto social ondas do saber e incluindo outros projetos, como aulas de skate, escolinha de futebol e artes (teatro, desenho, pintura, música, dança e artesanato);
- Integração com complexos universitários para incentivar a cultura em Matinhos;
- Fortalecimento do Conselho municipal de Educação e elaboração do plano municipal de educação;
- Designar espaços próprios para divulgar todos os eventos do Município, Centrais de Informações no calçadão e outros locais de visitação;
- Implantar centros poliesportivos nos bairros, com a promoção de esportes, artes e lazer em todo o período;
- Ampliação e atualização do acervo da Biblioteca Municipal;
- Implantação de hortas escolares com finalidade de garantir segurança alimentar de qualidade e orgânica nas escolas além de promover educação alimentar e ambiental;
- Bolsas de estudo e transporte para estudantes de baixa renda do município que ingressarem no ensino superior;
- Uniformes e material escolar para alunos do ensino fundamental de famílias de baixa renda;

3. ESPORTE E LAZER

Esporte e lazer são atividades de suma importância para o aumento da qualidade de vida dos seres humanos. Sua prática traz enormes benefícios tanto para a saúde física quanto para a saúde mental. No entanto, numa sociedade capitalista, em que tempo é dinheiro, o direito ao tempo livre, ao ócio e ao lazer, garantidos pela Constituição, são muitas vezes sonegados à classe trabalhadora.

Uma das formas com que esse direito é sonegado é através da precarização do trabalho, que gera a necessidade de bicos nos horários livres para complementação de renda, o que por sua vez diminui o tempo disponível para o lazer. Podemos citar ainda a falta de dinheiro, que impede o acesso das camadas mais pobres aos bens culturais, além da falta de segurança para famílias, mulheres e pessoas LGBTQIA+ nos parques e estádios de futebol e da falta de acessibilidade para pessoas com deficiência.

Na lógica do capital, o tempo livre dos trabalhadores, que poderia ser usado para a prática de atividades físicas e o autoconhecimento, é moldado por uma política econômica centrada apenas no lucro da exploração de atividades consumistas e esvaziadas de valor.

Tudo isso deve ser levado em conta para o fomento de políticas públicas democratizantes na área do esporte e do lazer. Pensando nisso, o PSOL levantou as seguintes propostas para serem implementadas durante nossa gestão:

Propostas:

- Construção de praças e parques infantis que tenham pistas de skate e ciclovias em vazios urbanos;
- Utilizar o espaço do FETIEP para cultura (teatro, shows, etc.) e otimizar o uso como centro de convenções;
- Criar espaços de convivência em conjunto com a comunidade;
- Ampliação da oferta de jogos, torneios e competições entre escolas como forma de incentivar o esporte, o lazer e a sociabilidade no ambiente escolar, fornecendo equipamentos de qualidade e valorizando o profissional de Educação Física;
- Apoio institucional a jogos, torneios e campeonatos populares, como futebol de várzea, surfe, skate e triathlon;
- Apoio institucional ao futebol feminino, bem como a outras modalidades de esporte feminino;
- Adequação dos parques municipais conforme o Plano Diretor do Município de Matinhos e criação de novos espaços com finalidades esportivas e culturais, bosques, atividades direcionadas às pessoas com deficiência, chamando-as para direcionar as iniciativas;

- Estimular formação de espaços públicos de iniciativa popular nos fins de semana, preparando o trânsito para fechamento de ruas para feiras, shows e outros eventos;
- Ajudar a promover, através dos meios de comunicação oficiais da prefeitura, eventos de interesse público que não têm meios para se divulgar;
- Promover atividades de lazer para a Terceira Idade, como forma de garantir a intersecção entre esporte e saúde;
- Promover o treinamento adequado da guarda municipal, retirando o caráter militar, para que os jovens e as famílias tenham acesso seguro garantido ao esporte e lazer, sem que haja a intervenção com brutalidade policial;

4. SEGURANÇA

Com o contínuo avanço da criminalidade e vandalismo em nosso município, se faz necessário desenvolver um plano de controle da criminalidade, mas com base no tratamento humanizado, com retirada do caráter militar, respeito à comunidade com diminuição da violência policial e cumprindo com a função da corporação da guarda municipal de acordo com a Lei Orgânica do Município de Matinhos.

Propostas:

- Mais presença de policiais nos bairros e balneários com rodízio de policiais e patrulhamento comunitário;
- Mais viaturas com combustível e efetivo;
- Vigilância diurna e noturna nas escolas, externamente, pela guarda municipal;
- Pessoal mais qualificado para trabalhar na segurança;
- Política de interação com a comunidade (criar canal de comunicação);
- Capacitar a guarda municipal sobre a sua função institucional;
- Ampliação da estrutura da guarda municipal e adequação do contingente aos parâmetros da OMS;
- Retorno dos Bombeiros Mirins;
- Aumento significativo do investimento em tecnologia com aumento de monitoramento por câmeras nas vias públicas em pontos estratégicos no centro e nos bairros;
- Câmeras corporais e nas viaturas;

5. CULTURA

A diversidade cultural é o principal patrimônio da humanidade e é preciso reafirmar isso, pois estamos vivendo uma onda de retrocesso no setor da cultura no país. Nossa Cultura merece respeito. O cenário que temos hoje é de orçamento reduzido para a cultura (menos de 1%), centralização dos equipamentos culturais e o quadro de funcionários reduzido. Por isso elencamos propostas para mudar drasticamente esse cenário, trazendo participação popular, apoio efetivo e respeito a área da Cultura por entender que ela é essencial para o nosso desenvolvimento enquanto sociedade.

Propostas:

- Reafirmar a cidadania no pleno direito ao acesso à cultura por parte de todos os matinhenses;
- Cumprimento da lei municipal e fortalecimento do Conselho Municipal de Cultura;
- Eventos culturais nos espaços públicos, praças e ruas da cidade. Enfim, ocupação da cidade com arte, cultura, marchas, movimento;
- Respeito aos artistas de rua que querem dignidade para se apresentar;
- Definir áreas da cidade que possam ser ocupadas culturalmente por caráter turístico;
- Fomentar a arte e a cultura nas escolas, garantir o ensino de artes e o incentivo à leitura e incentivar a cultura desde os primeiros anos do aluno, demonstrar sua importância e fazer trabalhos práticos com grupos de música e teatro, além de cinema e artes plásticas;
- Fomentar a cultura alimentar para que as pessoas tenham acesso a uma alimentação mais saudável e ambientalmente correta conhecendo saberes tradicionais e novas formas de preparo, alimentos a nossa disposição que não se apresentam em mercados tradicionais e o caminho do alimento do plantio até sua mesa;
- Reformular o incentivo à cultura para que seja democrático e de apoio a artistas iniciantes com prioridade aos artistas locais, não refém de interesses econômicos;
- Formulação de um Plano de Cultura de médio e longo prazo com a participação do corpo cultural da cidade, que atenda as deliberações do Conselho municipal de Cultura;
- Programa de formação de grupos musicais e de teatro na periferia;
- Criação do museu de preservação da cultura caiçara;

- Apoio a economia criativa e economia solidária, incentivando artesãos e famílias que, usando conhecimentos populares e/ou inovação, movimentam a cadeia da economia local, levando criatividade e cultura em uma produção não agressiva ao meio ambiente;
- Valorização da cultura popular caiçara, e da cultura de rua como o grafite, o Break, o Hip Hop, o Slam e tantas outras formas de expressão culturais;
- Políticas de participação das mulheres na cultura como forma de conseguir com que mais mulheres se expressem através da arte e também que não tenham que abandonar uma atividade cultural por outras atividades;
- Criação de um programa de formação de talentos nas comunidades junto a criação de um circuito cultural com atividades diversas e apresentação em eventos para a cidade;
- Apoio aos artistas locais com priorização em eventos públicos e subsídio para pessoas e empresas que investirem na cultura local;

6. Turismo

Matinhos, cidade fundada em 12 de junho de 1967 e considerada a namorada do Paraná, por sua beleza e paisagens naturais notáveis, é declarada Área Especial de Interesse Turístico. Descoberta pelos curitibanos desde meados da década de 20 como um balneário de encantos, prazeres e banho de mar, Matinhos é uma terra povoada há milhares de anos por povos pré-históricos que nos legaram valiosos sítios históricos e sambaquis.

Apesar do Turismo ser uma das principais atividades econômicas do município, não vemos o devido investimento em desenvolvimento e criação de novas atrações e estruturas turísticas, como por exemplo a criação de novas áreas de visitação e lazer (vazios urbanos), além da estruturação das áreas já existentes (parques municipais) como o prevê o Plano Diretor do Município de Matinhos, definido através de leis municipais e decretos estaduais elaborados em 2006. São nítidos o descaso e a falta de compromisso com o cumprimento das leis referentes ao plano diretor, visto que nada foi realizado pelo poder executivo municipal nos últimos 18 anos.

Propostas:

- Implementar placas de sinalização urbana e turística;
- Terminal turístico organizado que prepare a cidade e o cidadão para receber o turista, disponibilizando treinamentos para capacitação de atividades afins ao turismo e ministrar cursos nível pós-médio;
- Viabilizar e estruturar roteiros e trilhas para visitação a pontos turísticos de Matinhos, inclusive aos sambaquis, além dos parques municipais, estaduais e nacionais, como incentivo ao ecoturismo;
- Sinalizar a proibição de animais na praia, conforme lei municipal, indicando as penalidades, com fiscalização e coordenação da guarda municipal, vigilância sanitária e secretaria de meio ambiente;
- Planejamento para o desenvolvimento do turismo sustentável e de base comunitária de maneira integrada Matinhos / Guaratuba;
- Criação de um conselho conjunto de desenvolvimento turístico integrado Guaratuba / Matinhos;
- Criação e comercialização de produtos turísticos integrados Matinhos / Guaratuba;
- Preservar o local do antigo cemitério na beira mar situado em zona de restrição máxima (ZRM - destinada prioritariamente a preservação ambiental, segundo Zoneamento do Plano Diretor do Município de Matinhos), criando um santuário ecológico para a fauna e flora nativas aberto à visitação;

7. MEIO AMBIENTE

O Psol, sempre implacável na defesa do meio ambiente, defende um programa de longo alcance para Matinhos, um programa Ecosocialista que visa harmonizar as políticas da nossa cidade com o meio que ela se encontra. Somos parte de uma coletividade e como tal a nossa contribuição para o futuro tem que ser feita coletivamente: não podemos agir de maneira isolada. A Educação ambiental e abordagem corajosa das necessidades futuras dos nossos jovens que irão sofrer cada vez mais os efeitos da falta de cuidado com o planeta são temas que têm que estar permanentemente nas nossas pautas municipais.

Esse é o sentido das propostas que apresentamos a seguir, visando tornar Matinhos uma cidade amplamente sustentável, dentro do espírito do Ecosocialismo que defendemos.

Propostas:

- Hortas comunitárias, residenciais e escolares: Criação de programa de expansão de hortas comunitárias e agricultura urbana, visando também a criação de hortas em espaços vazios da cidade, assim como oferecer apoio técnico e oportunidade de escoar esses produtos em feiras e em compras pelo poder público;
- Agroflorestas urbanas e agricultura sintrópica: Recuperação da mata ciliar nas margens dos rios com a criação dos corredores da biodiversidade (previstos no plano diretor do município) e agroflorestas, onde teremos o plantio da flora nativa e também de outras espécies não invasoras e fontes de alimento;
- Reativação do viveiro de mudas municipal no Parque Estadual Rio da Onça e criação do banco de sementes municipal de modo a guardar, catalogar e multiplicar toda a diversidade de sementes crioulas existentes no município, oferecendo aos agricultores acesso a essa diversidade;
- Certificação e incentivos fiscais: Criar instrumentos de certificação e de incentivos fiscais para a produção sustentável e orgânica, com devida regulamentação municipal;
- Feiras de produtos agroecológicos: Criação de feiras nas periferias com valor subsidiado e acessível para as famílias. Essas feiras seriam um espaço plural com apresentações culturais, educação ambiental, cultura alimentar, trocas de mudas, sementes e alimentos e movimentação da economia local com a venda de artesanato e produtos da comunidade;
- Maior atuação do município na proteção de mananciais de água;
- Programa de apoio e incentivo aos empreendimentos na área de ecoturismo (exemplos: redução de tributos, divulgação) e preservação ambiental;

- Criação de um conselho único de gerenciamento das unidades de conservação: Parque Florestal Rio da Onça, APA Guaratuba, Parque Nacional Saint Hilaire Lange e Parques Municipais conforme metas do Plano Diretor do Município de Matinhos - 2006;
- Despoluição dos canais e implantação dos corredores de biodiversidade com ciclofaixas para incentivo do ecoturismo conforme metas do Plano Diretor do Município de Matinhos - 2006;
- Criação de trilhas ecológicas com a formação de guias de ecoturismo;
- Implementar programa de reciclagem de lixo, inclusive nos bairros com lucro para a sociedade com projeto de coleta seletiva, e cooperativas comunitárias;
- Formação profissional de agentes ambientais para atuar no aproveitamento econômico sustentável da zona costeira e mata atlântica, atuando também como agentes fiscais ambientais;
- Contratação, mediante concurso, de veterinários/acadêmicos estagiários de faculdades para atender gratuitamente e com medicamento, com estágio remunerado sob convênio com a prefeitura, para animais de pessoas da zona rural/urbana de baixa renda;
- Viveiro municipal para cultivo ornamentais, medicinais, frutíferas, nativas regionais e aclimatadas destinadas a atender programas comunitários e de arborização urbana;
- Apoio e ampliação da educação ambiental nas escolas e comunidade;
- Controle de natalidade de animais domésticos e de rua mediante castração, com orientação à população sobre as responsabilidades;
- Implementação do programa de controle do caramujo exótico;
- Realizar conferências municipais sobre meio ambiente;
- Mapear e preservar as nascentes do município, priorizando nascentes dos mananciais utilizados para consumo humano;
- Incentivar e subsidiar implantação de compostagem residencial e coletiva (para utilização em hortas comunitárias e escolares) com finalidade de reduzir descarte de lixo orgânico;

8. ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Assistência Social é uma política social pública que foi reconhecida como direito pela Constituição Federal de 1988 e regulamentada pela Lei Orgânica, tornando-se então direito de todos (as) os (as) brasileiros (as) e dever do Estado. Juntamente com a Saúde e a Previdência, integra o Sistema de Seguridade Social brasileiro.

O PSOL tem compromisso com políticas públicas de assistência social que não reproduzam uma lógica tutelar e paternalista, mas que se fundamentem na dignidade e na defesa dos direitos humanos. Defendemos de maneira intransigente o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e a centralidade que a seguridade social tem na garantia de uma sociedade mais justa e mais humanizada.

Sob a distópica consigna de 20 anos sem investimentos públicos (EC 95/2016), afetando principalmente a Assistência Social, a educação pública e a saúde pública, temos acompanhado um intenso projeto de desmonte da coisa pública no Brasil, empurrando cada vez mais pessoas para a vulnerabilidade social e intensificando o projeto ultraneoliberal de descartabilidade da vida. O primeiro orçamento pós-PEC do Teto de Gastos (EC 95) do governo federal (2018) ceifou R\$1,2 bi só da rede de proteção do SUAS. Além disso, a reforma da previdência e a atual proposta de reforma administrativa complementam esse cenário nefasto de precarização da vida das trabalhadoras e trabalhadores.

Propostas:

- Fortalecer o Conselho Municipal de Assistência Social como espaço de debate entre o poder público e a sociedade civil;
- Garantir que as políticas de Assistência Social alcancem todo o território do município, sobretudo porque em muitas localidades o Estado se apresenta exclusivamente na forma de repressão;
- Ampliar os direitos e investir nas políticas sociais para configurar um sistema amplo de proteção social municipal de qualidade;
- Iniciar uma campanha de revalorização dos diferentes profissionais que atuam na assistência social no âmbito do município, em todas as políticas públicas municipais, buscando articulação e diálogo com os respectivos conselhos profissionais e sindicatos das categorias na construção de planos de trabalho e programas de formação condizentes com suas especificidades em uma abordagem multidisciplinar;
- Instaurar uma política de educação e capacitação permanente e continuada para as/os trabalhadoras/es das políticas sociais;
- Integrar equipamentos de saúde, educação pública, cultura, trabalho, esporte, lazer, habitação e geração de renda da rede municipal, implementando uma política integrada para pessoas em situação de vulnerabilidade social, visando a superação dessas condições;

- Ampliar a rede de atendimento assistencial;
- Promover uma política de atendimento integral e multidisciplinar no atendimento a usuários de drogas, centrada no acolhimento e respeito à autonomia dos indivíduos, que elimine a realização de recolhimentos compulsórios;
- Conceder direito a habitação através da Concessão de Direito Especial para Uso de Moradia em áreas consolidadas, conforme previsto no Plano Diretor do Município de Matinhos;
- Garantia de saneamento básico com água de qualidade e esgotamento sanitário para famílias em situação de vulnerabilidade;
- Apoio aos trabalhadores informais para garantir o direito ao trabalho e a renda;

8.1 MULHERES

A luta pela construção de uma sociedade solidária, sustentável, igualitária e socialmente justa é a luta feminista por excelência. Além de buscar pela transformação das condições materiais impostas às classes trabalhadoras, combatendo a pobreza e a concentração de renda, o socialismo tem a tarefa de lutar pela superação das desigualdades entre homens e mulheres.

Na sociedade em que vivemos, os homens cis ainda têm muito mais oportunidades, direitos e privilégios do que as mulheres que recebem os menores salários e frequentemente ocupam funções mal remuneradas, relacionadas às tarefas de cuidado. A participação das mulheres no mercado de trabalho também não implica em uma divisão igualitária das tarefas no âmbito doméstico. Pelo contrário, gera para elas uma sobrecarga de trabalho, uma vez que são obrigadas a fazer dupla jornada, em razão da ausência dos homens na realização das tarefas domésticas.

Nessa lógica, são as trabalhadoras negras as que ocupam os postos de trabalhos mais precarizados e mais mal remunerados do mercado de trabalho. Isto pode ser confirmado pelos dados do Dieese que mostram que, entre as trabalhadoras domésticas, o maior percentual é de mulheres negras.

A cultura machista continua explorando as mulheres de muitas e das mais variadas formas. Além de terem que enfrentar o peso da opressão de classe, as mulheres, também temos que enfrentar o machismo, o racismo, a LGBTfobia e demais opressões que recaem sobre as mulheres do campo, das periferias, das florestas, etc. Estas mulheres, sejam cis ou trans, ao lutar pela própria sobrevivência e pela de suas famílias, constroem diariamente ferramentas de resistência ao sistema posto. O combate ao machismo requer que um partido como o PSOL seja um espaço verdadeiramente feminista, antirracista, lutador das causas LGBTQIA+ e de todas as lutas travadas por corpos femininos.

Historicamente, homens cis são educados para ocupar os espaços públicos e as mulheres os espaços privados, sendo responsabilizadas pelas funções do trabalho doméstico, como alimentação, limpeza e o cuidado com as crianças.

O PSOL possui paridade de gênero em todas as suas instâncias políticas e de direção do partido, além de defender, fomentar, apoiar e promover a participação de nossas mulheres como candidatas nas eleições. Apesar disso, entendemos que não basta ter mulheres para lutar pelos seus interesses e defender seus direitos, precisamos dar condições para que elas consigam não só lutar, como também representar e serem representadas nos espaços institucionais.

Tão importante quanto garantir representação feminina na política, é assegurar que elas tenham espaço para construir um programa político de combate às desigualdades de gênero. Nesse sentido, o projeto do PSOL para a cidade de Matinhos tem como enfoque promover estratégias para combate à discriminação e violência contra as mulheres, compreendidas em toda a sua pluralidade e especificidades.

Propostas:

- Promover, no âmbito da administração pública municipal, campanhas de combate à discriminação contra mulher, garantindo que servidoras municipais tenham acesso a canais de denúncia e acolhimento para tratamento de casos de assédio moral e sexual;

- Promover políticas públicas específicas de inclusão no mercado de trabalho e renda, visando atingir mulheres em situação de vulnerabilidade social;
- Reestruturar e fortalecer o Conselho Municipal das Mulheres, privilegiando o diálogo com a sociedade civil na construção de políticas públicas, com o objetivo de combate à discriminação de gênero;
- Promover políticas, no âmbito da saúde municipal, de combate à violência obstétrica, privilegiando ações que visem informar gestantes e capacitar equipes de atendimento, a fim de garantir um atendimento humanizado;
- Promover campanhas publicitárias para informar a população sobre assédio sexual;
- Fomentar debates e formações sobre saúde da mulher, reconhecendo as necessidades específicas de mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais no acesso ao serviço básico de saúde, garantindo que o atendimento ofertado não promova a discriminação;
- Capacitação e educação permanente para que os profissionais de saúde do SUS possam orientar as mulheres decididas a fazer o aborto sobre os riscos e os métodos, sem julgamentos de valor;
- Educação permanente para os policiais militares, civis e a guarda municipal para o atendimento humanizado às mulheres em situação de violência;
- Ações de incentivo à criação de redes solidárias ao combate da violência doméstica;
- Aumento do número de vagas na unidade de abrigo a mulheres vítimas de violência, proporcional ao número de mulheres habitantes da cidade, garantindo o acesso às mulheres deficientes, surdas, idosas e com crianças de colo;
- Priorizar a titularidade da moradia em nome das mulheres;
- Implantar políticas de habitação diferenciadas que contemplem mulheres solteiras ou divorciadas que são chefes de família;
- Viabilizar estratégias para melhoria da qualidade da atenção integral a mulher, em especial quanto à saúde reprodutiva, incluindo planejamento familiar, D.S.T., assistência ao parto e à criança, desenvolvendo uma articulação entre os níveis ambulatorial e hospitalar;

8.2 AFRODESCENDENTES

O Brasil, apesar de ser composto por 54% de pessoas negras, segue, desde sua fundação, se estruturando sobre o racismo e operando políticas para exploração e extermínio do povo preto.

Tiveram sua humanidade retirada e foram vítimas de escravização, sob um discurso de que eram inferiores, que não tinham “alma” e eram naturalmente melhores no trabalho braçal. Sob esse discurso, se criou uma identidade dotada de arquétipos com o objetivo de lhes diferenciar e, pela diferença fabricada, lhes marginalizar, explorar e excluir.

Há séculos lutam contra a corrente. Contra o estupro e a eugenia disfarçados de miscigenação e democracia racial. Contra os estigmas de “bandido” e “promíscuas”. Os rotulam para lhes manter à margem e na inferioridade, sem recursos e sem direitos. Os sujeitam às posições mais desvalorizadas de uma sociedade que demanda o consumo de drogas e a prostituição, mas que não admite que mãos brancas sejam sujas na oferta. De um Brasil que se recusa a superar a Casa Grande e segue explorando mulheres negras no trabalho doméstico.

São considerados a carne mais barata do mercado e seus corpos são explorados ao esgotamento. E, uma vez que não tem mais utilidade, são descartados por um Estado que oferece bala de fuzil a um povo que tem fome de pão, e encarcerados nas jaulas entre outras 60% de pretas e pretos que formam um exército de reserva, desprovido de oportunidades, direitos e humanidade. A cada 12 minutos uma vida preta foi exterminada ao longo de 11 anos no Brasil (fonte - Folha de São Paulo), e o genocídio segue.

A escravização pode ter durado até 1888, formalmente, mas suas marcas continuam presentes em nosso cotidiano.

A política de controle racial define para a população negra, quais são os territórios que podem viver: antes as senzalas, depois os cortiços e hoje as comunidades, favelas e periferias.

Hoje, em todo Brasil, vemos os fundamentalistas das mais variadas tendências destruírem terreiros, símbolos dos candomblés e das religiões de matriz africana. Temos que fortalecer a lei 10.639 que obriga as escolas a incluírem no seu conteúdo programático o ensino da Cultura Afro Brasileira e a História da África.

Mas nem tudo está perdido. Podemos muito nessa batalha que está longe de terminada, mas precisamos de luta e organização para ocupar todos os espaços e inserirmos representatividade nos debates de segurança pública, cultura, saúde e moradia. São o povo que desde o nascimento resiste e sobrevive.

Valorizando as iniciativas propostas no Plano Nacional de implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Etnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, propomos o seguinte:

Propostas:

- Apoiar as escolas para a implementação das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, através de ações colaborativas com os fóruns de educação para Diversidade Etnico-racial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e sociedade civil;
- Orientar as equipes gestoras e técnicas das Secretarias de Educação para a implementação da Lei 10.639/03 e Lei 11.645/08;

- Promover formação dos quadros funcionais do sistema educacional por meio de Instituições de Ensino Superior, sociedade civil, movimento negro e outros que possuam conhecimento na temática;
- Produzir e distribuir regionalmente materiais didáticos e paradidáticos que atendam e valorizem as especificidades (artísticas, culturais e religiosas) locais/regionais da população e do ambiente, visando ao ensino e à aprendizagem das relações étnico-raciais;
- Articular para a construção participativa de planos municipais de educação que contemplem a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana;
- Realizar consultas junto às escolas, gerando relatório anual a respeito das ações de implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana;
- Desenvolver cultura de auto avaliação das escolas e na gestão dos sistemas de ensino por meio de guias orientadores com base em indicadores socioeconômicos, étnico-raciais, de gênero produzidos pelo Inep;
- Instituir nas secretarias municipais de educação equipes técnicas permanentes para os assuntos relacionados à diversidade, incluindo a educação das relações etnicorraciais, dotadas de condições institucionais e recursos orçamentários para o atendimento das recomendações propostas neste plano;

8.3 LGBTQIA+

Desde muito a sociedade atua para rotular expressões de gênero e sexualidade divergentes da normatividade que atende aos interesses da produtividade capitalista.

Dentro do contexto da sociedade fundada e voltada ao capital, permeada por um discurso conversador cis-heteronormativo, os corpos são tidos em uma lógica utilitarista e compreendidos apenas como mão-de-obra e de reprodução de novos corpos produtivos.

Nessa lógica, corpos divergentes são estigmatizados e rotulados para que se adequem à normatividade e à produção. Quem não se submete à violenta padronização sofre exclusão e marginalização.

Sem família e educação, sobram as ruas, onde os corpos se tornam mercadorias. Segundo pesquisa da ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais), 90% das pessoas trans, em algum momento da vida, foram submetidas à prostituição como forma de sobrevivência no país que mais consome pornografia envolvendo travestis e transexuais e que mais as mata, ao ponto de a expectativa de vida de pessoas trans, no Brasil, ser de apenas 35 anos.

Em sua maioria, vítimas de exploração por toda a vida, em posições marginalizadas e tornam-se descartáveis para uma sociedade normatizadora.

Vítimas de estigmatização, sofrem privação em sua expressão de gênero e sexualidade e o exercício de quem são é tido como promiscuidade e aberração. Isto acarreta na legitimação da violência, da agressão e da morte, que lhes são infringidas cotidianamente.

Pessoas LGBTQIA+, divergentes da normatividade imposta, tiveram conquistas ao longo dos últimos anos dentro da institucionalidade. Um exemplo é de que a homossexualidade e a transexualidade foram retiradas da classificação enquanto doença pelo CID, um avanço que afasta da estigmatização.

Infelizmente, estas conquistas sozinhas não são suficientes para proteger da violência e vulnerabilidade social. A LGBTfobia fere a dignidade humana, essencial para o exercício pleno da cidadania e do direito à cidade.

Para pensarmos uma Matinhos para além do preconceito, temos necessariamente que pensar na população LGBTQIA+ e em nossa relação com a cidade, para que tenhamos seu espaço garantido e respeitado em nossa própria cidade.

Comprometimento:

- Promover, como política de Estado, a cidadania à comunidade LGBTQIA+;
- Vetar leis que afetem negativamente a comunidade LGBTQIA+;
- Defender a cidadania à comunidade LGBTQIA+ em atitudes individuais e discursos políticos;

Propostas:

Cidadania

- Criar o Plano Municipal de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBTQIA+, elaborado em conjunto com a sociedade civil, com o objetivo de implementar políticas públicas para a comunidade;
- Criar a Coordenação Municipal da Cidadania e Direitos Humanos LGBTQIA+ dentro da estrutura do Executivo Municipal;
- Criar o Conselho Municipal da Cidadania e Direitos Humanos LGBTQIA+, com representação paritária entre sociedade civil e governo, para garantir que o diálogo entre população e governo seja contínuo;
- Promover, em conjunto com coletivos LGBTQIA+, ações de promoção da cidadania e dos direitos LGBTQIA+;

Saúde

- Qualificar profissionais da saúde para o atendimento humanizado em relação às pessoas LGBTI+, bem como garantir a utilização do nome social;
- Especializar profissionais da saúde no atendimento a lésbicas, gays e bissexuais, tendo como objetivo acabar com a heteronormatividade do atendimento;
- Especializar profissionais da saúde, principalmente da área de ginecologia e obstetrícia, no atendimento a mulheres lésbicas, bissexuais e homens e mulheres trans;
- Promover, em conjunto com organizações LGBTQIA+ da sociedade civil, campanhas de prevenção ao suicídio na comunidade;

Educação

- Enfrentar o bullying LGBTfóbico por meio da capacitação da equipe pedagógica em escolas;
- Garantir a permanência da população trans em situação de vulnerabilidade na educação formal, por meio de oferta de bolsas;
- Garantir o apoio psicológico e social especializado à comunidade escolar LGBTQIA+, incluindo estudantes, pais e profissionais da educação;

Trabalho e Renda

- Desenvolver políticas públicas de trabalho e renda para LGBTQIA+ em situação de vulnerabilidade;
- Instaurar cotas para LGBTQIA+ em bolsas de trabalho;
- Garantir, por meio de políticas públicas, o acesso ao trabalho e educação profissionalizante para a população trans;
- Promover campanhas de valorização do emprego e da formação profissional da população trans;

Assistência Social e Moradia

- Promover cursos de acolhimento à população LGBTQIA+ para agentes sociais;
- Estimular serviços de convivência e fortalecimento de vínculos da comunidade LGBTQIA+ dentro dos centros de acolhimento, bem como a promoção da cultura;
- Pesquisar e registrar os dados de pessoas LGBTQIA+ em situação de vulnerabilidade, a fim de elaborar um programa de acolhimento;
- Incluir a população LGBTQIA+ em situação de vulnerabilidade nos programas de habitação municipal e aluguel social;

Segurança

- Incluir no treinamento da guarda municipal o acolhimento especializado à população LGBTQIA+ em suas especificidades;
- Protocolar e registrar denúncias ligadas à LGBTfobia;
- Emitir certificados de espaços de combate ao preconceito, com o auxílio da comunidade LGBTQIA+;

9. Transporte, Mobilidade e Direito à Cidade

Hoje temos uma Matinhos pensada como negócio, de costas para as reais demandas da população. A luta pelo direito à cidade resgata os valores de uso e a proteção da vida em contraposição à ideia de cidade mercadoria, outra lógica de vivência ao reduzir as desigualdades, promover acesso à cultura e equipamentos públicos.

A bicicleta e o deslocamento a pé devem ser integrados a um transporte público de qualidade, mas faltam calçadas acessíveis, vias compartilhadas e educação voltada para o respeito ao ciclista. Deve haver manutenção e investimentos efetivos no sistema ciclovitário conforme o Plano Diretor do Município de Matinhos, pois valorizar mobilidade alternativa em detrimento do carro é valorizar a vida, a saúde, o lazer e o meio ambiente.

Propostas:

- Estímulo do uso de transporte público: Estimular o uso do transporte público através da divulgação dos itinerários e das possibilidades de rotas junto a escolas, empresas, locais de maior aglomeração, pontos e terminais de ônibus;
- Expansão e melhoria do sistema ciclovitário: melhorar o sistema existente e implantar mais ciclovias, ciclofaixas e ciclorrotas acompanhando os corredores de biodiversidade e incentivando o ecoturismo, conforme metas do Plano Diretor do Município de Matinhos - 2006;
- Garantir segurança de ciclistas e pedestres: os modais ativos devem ter máxima prioridade, de modo que o desenho urbano, os equipamentos, a infraestrutura viária e a educação do trânsito se guiem nesse sentido;
- Estimular integração multimodal: colocação de paraciclos e bicicletários públicos gratuitos junto a terminais de ônibus e outros pontos de concentração, com conexão com o sistema ciclovitário;
- Manutenção e melhora dos equipamentos de transporte: construção e manutenção de abrigos de qualidade em todas as paradas de ônibus da cidade. Melhora do conforto ambiental e dos acessos de estações e terminais, tanto para passageiros quanto para cobradores e funcionários (incluindo pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida);
- Melhorar, aparelhar e sinalizar o transporte coletivo, inclusive em horários noturnos e disponibilizar mais itinerários;
- Implantação do sistema de identificação das ruas;

- Melhora das calçadas: criar um programa voltado para a mobilidade do pedestre, com o intuito de garantir calçadas acessíveis em toda a cidade através do poder público, com prioridade de áreas periféricas;
- Criar um padrão de calçada regular que permita trânsito a pé e contemplando o deficiente físico também;
- Melhoria nas ruas com manutenções periódicas na pavimentação existente e aplicar preferencialmente pavimentação semipermeável onde não houver pavimento, conforme metas do Plano Diretor do Município de Matinhos - 2006;
- Utilização dos espaços públicos: estímulo ao uso dos espaços públicos (praças, parques, ruas), sobretudo nos bairros periféricos, para ações culturais periódicas (com editais específicos para essa modalidade), com a atuação comunitária conjunta à guarda municipal, de modo que haja resgate e vivência nos espaços de convívio para as comunidades, aumentando a sensação de segurança e de pertencimento à cidade e à sua construção diária;
- Amparo às famílias de baixa renda atingidas por eventos climáticos extremos;
- Manutenção, melhoria e ampliação da iluminação pública;
- Ampliação e melhoria da drenagem urbana através de implantação de galerias pluviais, arborização urbana e pavimentação semipermeável;
- Implantação de infraestrutura alternativa em regime de mutirão nas áreas possíveis de regularização ou de concessão de direito especial para uso de habitação;



** Imagens do mapeamento do Plano Diretor do Município de Matinhos – 2006.

10. GESTÃO PARTICIPATIVA

Na saúde, na educação e mesmo na administração central, o privado está se sobrepondo ao que é público com prejuízo financeiro e da qualidade para a população de Matinhos, em especial para aqueles e aquelas que mais dependem dos serviços públicos, as famílias trabalhadoras da cidade. Gerida de forma autoritária, a Prefeitura não ouve as pessoas, e mesmo as audiências públicas realizadas são uma farsa, em que a população não possui nenhum poder de decisão.

O PSOL defende um serviço público forte, prestado diretamente pela Prefeitura e por servidores estáveis, concursados e bem remunerados. Este é o caminho para a qualidade do serviço público. Defendemos ainda uma administração municipal democrática, onde a população possa direcionar as ações da administração, com poder de decisão através de conselhos municipais deliberativos.

Propostas:

- Plebiscitos e referendos. A população da cidade precisa ser consultada periodicamente sobre grandes obras a serem realizadas e decisões importantes da PMM;
- Participação popular: Fortalecimento dos conselhos municipais com poder de decisão para todos os bairros e áreas da administração municipal;
- Implantar o orçamento participativo, onde a população possa influenciar a discussão sobre o orçamento público e as prioridades de gastos;
- Redução das terceirizações possíveis, conforme ocorrência do término dos contratos. Todos os serviços públicos devem ser operados pela própria prefeitura, com servidores concursados;
- Ouvir os servidores. Diálogo e escuta das reivindicações dos servidores público municipais, valorizando os sindicatos como interlocutores junto à PMM;
- Condições de trabalho e remuneração para os servidores. Implantação/revisão/reativação dos planos de carreira dos servidores municipais, garantindo justa remuneração, preservação do poder de compra e estímulo para o crescimento na carreira;
- Estabelecer convênios com as universidades públicas e institutos de pesquisa localizados no município para garantir um programa de aperfeiçoamento profissional e desenvolvimento de métodos operacionais para a qualificação dos servidores públicos da Prefeitura;

- Transparência e combate à corrupção. Total transparência em contratos, licitações e gastos da PMM na internet, de modo inteligível, sem restrições;

11. TRABALHO E RENDA

O estatuto das cidades preconiza o direito às cidades sustentáveis, contendo também o direito ao trabalho para as presentes e futuras gerações. Infelizmente, não há nada mais distante do cenário que temos hoje, com o avanço da informalidade, precarização do trabalho.

Queremos uma cidade que possibilite trabalhos não alienantes, com significado, que garantam renda, dignidade e acesso aos direitos básicos. Queremos uma Matinhos onde as pessoas tenham os direitos trabalhistas respeitados, o trabalho em jornada compatível com a vida, o trabalho mais próximo de casa e os trabalhos coletivos que mudam a cidade e a sociedade.

Com o que vivemos nos últimos tempos, reafirmamos nossa posição PELA VIDA ANTES DO LUCRO, com ações do poder público que garantam a responsabilidade sanitária devida com trabalhadoras e trabalhadores. Fica explícito que os trabalhadores e trabalhadoras são vistos apenas como números. Por isso, propomos que todos tenham condições de se deslocar e exercer suas atividades preservando a saúde, para cuidar de si e dos seus.

Para viver, a sociedade precisa de serviços ambientais, do trabalho no campo, da psicologia e do cuidado com crianças e idosos. Como essas atividades, sobretudo para a população pobre, não são rentáveis aos olhos do capital, além de termos uma massa de desempregados e desempregadas, temos, também, serviços vitais para o bem viver relegados às classes trabalhadoras.

Propostas:

- Criação de frentes de trabalho junto à população em situação de rua e desempregados, de forma remunerada, capacitando-os para a recuperação de áreas verdes, como rios e áreas de proteção ambiental, em parceria com a Sanepar (com disponibilização de materiais), aliando recuperação ambiental, geração de renda e saúde mental;
- Cadastro de desempregados para o direcionamento de vagas por capacitação, região e interesses dos mesmos;
- A partir da agricultura urbana, apoiar as hortas comunitárias ocupando os vazios urbanos da cidade com a produção de alimentos saudáveis, renda e sociabilidade;
- Apoiar a criação de empreendimentos e redes de economia solidária estimulando e garantindo condições de acordo com as necessidades dos territórios e anseios dos trabalhadores e trabalhadoras. Dentro desse panorama, evidenciar a autogestão como uma perspectiva de organização libertadora para a classe trabalhadora;

- Apoiar a economia criativa dos trabalhadores e trabalhadoras da cultura, para além das áreas centrais e da classe média, fazendo com que os jovens da periferia possam também ter a oportunidade de optar por estas áreas;
- Mais incentivo e valorização dos artesãos;
- Incentivar a implantação de empresas sustentáveis através de incentivos fiscais;
- Projeto para qualificação de mão-de-obra com supervisão do SENAI e criação de oficinas profissionalizantes;
- Organização de feiras comunitárias e livres;
- Estimular as atividades que aproveitem os recursos da Serra do Mar com pessoal para passeios ecológicos e pesca marítima com pequenos barcos que saiam da praia ou ancoradouro;
- Incentivo aos MEIS com redução de impostos municipais visando a geração de empregos;
- Criação de incubadora tecnológica;
- Gerar atividades, eventos e lazer de inverno para geração empregos;
- Projeto de fomento à maricultura e a criação do centro profissionalizante de viveiro do mar;
- Criação de fábrica/usina de pavimentação semipermeável e manilhas para o município;
- Implantação de Usina de Reciclagem;
- Priorizar empregos dirigidos aos moradores locais devidamente qualificados;
- Criação de polo industrial não poluente e sustentável;
- Incentivo a pesca;
- Incentivo e prioridade aos feirantes locais, preferencialmente orgânicos, agroflorestais e agricultura sintrópica;
- Criação de oficinas profissionalizantes;
- Apoio aos sindicatos, cooperativas e associações;

12. POLÍTICA SOBRE USO DE DROGAS

A criminalização das drogas não apenas tem se mostrado ineficaz para o combate ao seu consumo, como está diretamente relacionada ao aumento da violência, das mortes por homicídio, do encarceramento e da sobrecarga do sistema penitenciário, além de restringir pesquisas médicas e limitar o acesso à saúde.

Modelos de descriminalização à luz de evidências científicas vêm sendo implantadas com sucesso desde a década de 1970 em diversos países. Essa política de descriminalização comprovadamente associa-se à redução da carga do sistema penal, bem como à redução de doenças infectocontagiosas entre usuários e ao aumento do acolhimento de usuários em programas de tratamento e redução de danos.

Portanto, a descriminalização, apesar de não ser uma política livre de riscos, evidentemente mostra-se como uma mudança necessária na formulação de políticas sobre drogas.

Por isso, o PSOL apoia a descriminalização, o uso medicinal de substâncias psicoativas e programas de redução de danos.

Propostas:

- Coordenar, desenvolver e estimular programas de Redução de Danos e de prevenção ao uso abusivo de substâncias psicoativas e promover reabilitação psicossocial, inserção social, cultura, educação, esporte, lazer e trabalho;
- Promover e organizar seminários e conferências de políticas sobre drogas e redução de danos em âmbito municipal;
- Promover e organizar seminários e conferências de políticas sobre uso medicinal de substâncias psicoativas em âmbito municipal;
- Estimular estudos, pesquisas, diagnósticos e levantamentos visando ao aperfeiçoamento dos conhecimentos técnico-científicos acerca do tema das drogas;

13. ACESSIBILIDADE

Apesar de 24% da população brasileira ser composta por pessoas com deficiência, ao transitar por nossas ruas, calçadas e prédios públicos, percebemos a negligência das infraestruturas em relação às normas mínimas de acessibilidade. Isso se demonstra desde a falta de rampas, elevadores e banheiros construídos para todas as pessoas usarem, até na falta de informações em braile e de profissionais tradutores em libras nos espaços públicos e privados.

Esta realidade se dá principalmente porque a acessibilidade ainda é concebida de uma forma individualizante, ou seja, são feitas apenas adaptações mínimas para acessibilidade, como uma rampa que é construída numa escola somente quando uma pessoa com deficiência motora começa a estudar lá. Portanto, não se pensa a acessibilidade de uma forma universal. Por isso, é essencial que implantemos espaços acessíveis para todas as pessoas, com recorte de classe, de gênero, de raça, idade e tantos outros de individualidades que precisam ter suas necessidades atendidas para o seu pleno desenvolvimento e potências. É pela adaptação a essas bases minoritárias que a sociedade em geral se beneficia.

Grande parte dos espaços e dos serviços não acessíveis às pessoas com deficiência são de competência municipal. As vias públicas, o transporte público, a fiscalização do cumprimento das normas de acessibilidade e a maior parte do ensino básico e da saúde da família entram nesse mérito.

É necessária, em Matinhos, a criação de mecanismos municipais que possam fiscalizar, formar profissionais e fazer valer a acessibilidade prevista nas normativas federais e no estatuto da pessoa com deficiência. Afinal, é papel de todo poder público garantir a dignidade humana em sua competência. Por isso, devemos priorizar a acessibilidade como princípio universal através de políticas públicas que garantam a cidadania, a participação política e o acesso para todo mundo, de modo que as pessoas com deficiência possam se expressar e solucionar democraticamente suas demandas.

Propostas:

- Trabalhar com o conceito de reconhecimento político das diferenças como um fundamento para dar base a todas as políticas públicas voltadas às pessoas com deficiência e garantir que essas políticas estejam imbuídas da concepção de acessibilidade universal;
- Garantir maior representatividade de pessoas com deficiência dentro dos conselhos;
- Garantir que o Estado cumpra com o seu dever de aplicar a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) e seguir as diretrizes mínimas da NBR 16.537/2016 da ABNT;

- Promover e apoiar atividades que contribuam para a efetiva inclusão cultural, econômica social e política das pessoas com deficiência, garantindo a representação dessas pessoas nas áreas de Saúde, Habitação, Transporte, Educação e outras;
- Investir na infraestrutura de equipamentos esportivos, sobretudo na reforma e requalificação de quadras nas escolas. O foco será dado aos equipamentos voltados às juventudes e na acessibilidade para pessoas com deficiência;